

## **O INTELLECTUAL E O ESPAÇO PÚBLICO THE INTELLECTUAL AND THE PUBLIC SPACE**

*Ivete Walty\**

*Maria Zilda Cury\*\**

RESUMO: O lugar do intelectual e a sua atuação no espaço público são discutidos recorrendo a vários teóricos que refletiram sobre o tema. Levando em consideração variados conceitos de “intelectual”, desde a origem do termo, o texto aponta para o diálogo que o intelectual promove, hoje, no espaço público, com as vozes de outros sujeitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: intelectual, espaço público, novos agentes sociais.

ABSTRACT: The role of the intellectual and its effects on the public space are assessed by several experts on the subject. Taking into account the different definitions of “intellectual” beginning with the origin of the term, the text examines the recent dialogue promoted by today’s intellectual with other social agents in the public space.

Key words: intellectual- public space – new social agents -

---

\* Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. [iwalty2@yahoo.com.br](mailto:iwalty2@yahoo.com.br)

\*\* Professora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. [mariazil-dacury@terra.com.br](mailto:mariazil-dacury@terra.com.br)



Antes de discutir o conceito de “espaço público” que move a reflexão deste artigo, como se vê configurado em seu título, importa retomar o conceito de “espaço” em sua complexidade. Isso porque, entre outras razões, em seu aspecto interdisciplinar, a categoria espacial vem se mostrando um produtivo operador de leitura.

Vale lembrar, com Cassirer, que etimologicamente *espaço* e *tempo* estão associados como manifestações diferentes de um só processo: “a iluminação progressiva do espírito, que toma sua origem da intuição do fenômeno físico fundamental da luz” (1972: 135). O filósofo nos mostra como a palavra *tempo* (*tempus*) origina-se da palavra *templo* (*templum*), significando ambas corte, ruptura, interseção. Assim, reitera-se, o recorte implícito na palavra *templo* em sua relação com o sagrado remete a espaço e a tempo. Este termo, em sua raiz etimológica, acentua, pois, a ideia de limites, resultante de separações e, ao mesmo tempo, de interseções.

A etimologia, no entanto, não é suficiente para explicar a dimensão relacional do espaço, como nos mostra Milton Santos, ao diferenciar este conceito daquele de paisagem. Diz o geógrafo:

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O

espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais. (SANTOS, 1988: 71)

Assim, para o geógrafo, espaço é sempre o “espaço habitado”, o espaço social, simbólico, portanto, em sua relação direta com o tempo, com a história do homem. Ressalte-se, pois, a natureza relacional do espaço. Para se falar de espaço público, então, há que se pensar nas relações que o conformam.

Para definir espaço público, Dominique Wolton, retomando Habermas, considera que

trata-se de um espaço simbólico no qual se opõem e se respondem os discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais, que constituem uma sociedade. É, portanto, antes de mais nada, um espaço simbólico, que requer, para se formar, tempo, vocabulário, valores comuns e reconhecimento mútuo das legitimidades; uma visão suficientemente próxima das coisas para discutir, contrapor, deliberar. (2004: 511-512)

O autor acentua ainda que o espaço público “simboliza, simplesmente, a realidade de uma democracia em ação, ou a expressão contraditória das informações, das opiniões, dos interesses e das ideologias”, mostrando que ele “constitui o laço político que liga milhões de cidadãos anônimos, dando-lhes a sensação de participar efetivamente da política” (2004: 512). A participação no espaço público pressupõe “indivíduos mais ou menos autônomos, capazes de formar a sua própria opinião, não ‘alienados aos discursos dominantes’, que acreditam nas idéias e na argumentação, e não apenas no confronto físico” (2004: 512).

Nesse sentido, vale lembrar Hannah Arendt, quando, retomando Aristóteles, acentua que nada tem menos a ver com o espaço público do que a violência, fruto da ausência do poder. Na verdade, a violência se contrapõe ao diálogo, base de sustentação do espaço público, lugar do convencimento pela palavra e não pela força.

A palavra, por sua vez, é elemento da linguagem, constitutiva do sujeito, o que bem nos mostram Benveniste e Bakhtin. Para o primeiro, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (BENVENISTE, 1995: 286); além disso, tal constituição se dá em uma relação de intersubjetividade, isto é, em relação de um (eu) com o outro (tu). Bakhtin acentuando o aspecto social, dialógico, da linguagem, ressalta:

Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela apóia-se sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (1981: 113)

Essa descrição do processo enunciativo, em que um eu se dirige a um tu, ajuda-nos a compreender o espaço, sobretudo o público, em sua natureza relacional. Assim, quando Benveniste classifica como pronomes apenas o *eu* e o *tu*, deixando de fora o *ele*, que teria a natureza da coisa, do objeto, fortalece-se a ideia de que o sujeito não se constrói fora da linguagem. Ora, se alguém é impedido de tomar a palavra, perde sua condição de sujeito, na medida em que pode se tornar opaco na palavra do outro.

Não é sem razão que Hannah Arendt, distinguindo as três atividades inerentes à condição humana, define a ação como a “única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria”. Por isso mesmo, a ação “corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (2005: 15). Ressaltando que a ação é a condição humana de toda vida política, Arendt define como esfera pública o espaço de interseção entre as pessoas, uma vez que “o mundo comum reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer” (2005: 62)

Faz-se necessário pensar sobre o trânsito dos intelectuais por esse espaço, retomando brevemente, para isso, a história do conceito, que aponta para as transformações que ele sofreu após seu aparecimento. Segundo alguns estudiosos, o uso da palavra *intelectual* como substantivo deu-se no século XIX, quando Zola tomou publicamente a palavra para defender Alfred Dreyfus. Nesse momento teria nascido o intelectual moderno, como alguém que exerce sua função, através da palavra, no espaço público e coloca a defesa dos valores da justiça acima das razões de Estado.

É preciso lembrar, no entanto, que Sartre acentua que os intelectuais, “nascidos da classe burguesa, encarregam-se de exprimir o *espírito objetivo* dessa classe” (1994: 21). Habermas mostra justamente que o próprio espaço público aparece com o advento da burguesia, acentuando que a oposição “entre a esfera pública e o poder é original e sem precedentes na história: é o uso público da razão” (1993: 38). Além disso, os conceitos de intelectual e

de espaço público surgem em um tempo em que a escrita desempenha um papel muito importante, já que a “camada ‘burguesa’ é o autêntico sustentáculo do público que, desde o início, é um público que lê” (1993: 34).

Do latim *intellectualis*, de que a palavra *intelectual* deriva, conservou-se o sentido de ‘relativo à inteligência’. Decompondo-se a palavra temos: *intus* (para dentro) e *lectus*, participio passado de *legere* (ler). Ler (para) dentro das coisas, para seu interior. Mas *legere* no seu sentido etimológico guarda, simultaneamente, um sentido, uma qualidade do que sai de si, aquilo que extrapola o indivíduo para abrir-se numa dimensão também social. Ler, pois, pressupõe um movimento para o exterior, para comunicar-se com os outros, fazendo uma leitura do mundo, o que dota a palavra *intelectual* dos dois movimentos: para dentro de si e para fora de si. Alargando o sentido ainda a partir da etimologia da palavra, saliente-se a condição intermediária do intelectual, sua função mediadora.

Vale lembrar que, no já citado episódio Dreyfus, em carta a Félix Faure, Presidente da República à época, o escritor Émile Zola repete várias vezes a expressão “J'accuse!”, “eu acuso”, defendendo Dreyfus e denunciando as pessoas que o acusavam injustamente. O texto foi publicado como um manifesto de intelectuais, no diário *Aurore*, em 1898, seguido por uma longa série de outros manifestos assinados por escritores e estudiosos, exigindo que o processo Dreyfus fosse revisto. Salienta-se no manifesto a defesa incondicional da verdade e dos direitos do cidadão, da verdade e da justiça, acima dos interesses do Estado. Mediador entre os campos social e político, Zola “cria” a função específica e moderna do intelectual e sua intervenção no espaço público por meio da palavra.

Como salienta Augusto Silva,

o intelectual é diferente do “filósofo” do século XVIII e do “homem de letras” do século XIX. Ele é a figura que brota de um campo cultural, que acabava de estabelecer-se como campo social autônomo, e como tal se projeta na política. O “J'accuse” constitui o momento fundador desse movimento, pelo qual o criador intervém civicamente, aplicando ao espaço público os valores do campo cultural. (2004: 39)

O manifesto apresenta-se, então, como ação inaugural do intelectual moderno. Faz-se, pois, necessário observar sua estruturação linguística e as estratégias discursivas utilizadas para conformar a ação de intervir no espaço público, como nos é mostrado por Claude Abastado.

Les manifestes jalonnent l'histoire des idéologies et permettent de la périodiser. Dans la mutation insensible des idées et des mentalités, ils servent de repères, ils constituent des événements, ils 'font date'. (1980: 8)<sup>1</sup>

No sentido primeiro que a palavra *manifesto* evoca está presente a ideia de “coisa ou declaração de razões tornadas públicas”, envolvendo um programa político, estético ou religioso. Etimologicamente o vocábulo vem do latim *manifestus*: *manus* significando posto ao alcance da mão, apanhado em flagrante (cf. TORRINHA, 1942), e o adjetivo *festus* com o sentido de alegre, festivo, mas tendo também o sentido de *público*. No caso do célebre *J'accuse*, o texto aparece com a assinatura de vários intelectuais, o que socializa a responsabilidade pela publicação:

Ce système, appliqué sans transformation aux manifestes, définirait un émetteur, un destinataire et un programme. Mais souvent, grâce à des échanges entre les pronoms s'organise, au lieu d'une relation binaire, un système actantiel complexe. Des glissements entre 'je' et 'nous' subdivisent l'émetteur en un locuteur – le signataire du texte – et un destinataire – le groupe au nom duquel il parle – sans vraiment les distinguer. (ABASTADO, 1980: 10)<sup>2</sup>

Por sua vez, a socialização da autoria reforça o aspecto coletivo próprio dos manifestos.

on peut observer qu'un manifeste a toujours pour effet de structurer et d'affirmer une identité. C'est l'acte fondateur d'un sujet collectif (mais non institutionnel): il s'agit de faire exister comme entité reconnue un groupe qui n'est pas – pas encore – organisé en parti, en secte, en cénacle, en école, en chapelle; un groupe animé par des convictions communes et le désir d'action. (ABASTADO, 1980: 7)<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Os manifestos balizam a história das ideologias e permitem periodizá-la. Na mutação imperceptível das ideias e das mentalidades, eles servem de referência, eles são acontecimentos, eles “fazem época”. (Tradução livre.)

<sup>2</sup> Este sistema, aplicado sem alteração aos manifestos, definiria um emissor, um destinatário e um programa. Mas, frequentemente, devido às trocas pronominais, organiza-se, em lugar de uma relação binária, um sistema actancial complexo. Deslizamentos entre “eu” e “nós” fracionam o emissor num locutor – o subscritor do texto – e um destinatário – o grupo em nome do qual ele fala – sem verdadeiramente distingui-los. (Tradução livre.)

<sup>3</sup> Pode-se observar que um manifesto tem sempre como resultado estruturar e afirmar uma identidade. É o ato fundador de um sujeito coletivo (mas não institucional): trata-se de fazer existir como entidade reconhecida um grupo que não é – não ainda – organizado em partido, em seita, em cenáculo, em escola, em clã; um grupo possuído de convicções comuns e do desejo de ação. (Tradução livre.)

O intelectual que individualmente se notabilizou pela escritura do documento, Zola, teve ao seu lado a presença de um grupo que lhe deu suporte. O *nós* expresso nos manifestos dos *dreyfusards* faz ressaltar mais ainda essa *voz coletiva*. A assunção do risco da publicação é prova efetiva de que há uma divisão que se quer registrar e um espaço na vida intelectual que se quer conquistar. Através de um manifesto, a aparição do intelectual na vida pública se dá, pois, com uma palavra que se quer ação. O manifesto revela-se, assim, uma estratégia de intervenção, uma busca de conquista de poder simbólico, da formação de um campo cultural autônomo, e um gesto político de afirmação dos valores deste campo no mundo social.

O *J'accuse* dirige-se à nação, visando, em uma destinação alargada para sua palavra, o leitor comum, mas quer atingir efetivamente os formadores de opinião, os próprios intelectuais. Além disso, não é por acaso que se lança mão de um manifesto, cuja estratégia discursiva é claramente a expressão da palavra em ação, sinalizando um novo tempo, um antes e um após sua emissão.

Veja-se, então, que a palavra *intelectual* adentra a cena pública com um sentido fortemente político e polêmico, sendo utilizada por parte da imprensa e dos escritores nacionalistas para ridicularizar Zola e os outros *dreyfusards*.

Não é sem razão que, até hoje, *intelectual* é um termo que guarda as dimensões negativa e positiva. Tais dimensões são percebidas mesmo por alguns escritores que, como Graciliano Ramos, sentiam-se incomodados em serem assim denominados. “Intelectuais? Que diabo significava isso? Inteirei-me a custo. Designavam-se desse jeito os indivíduos alheios a qualquer ofício manual” (RAMOS, 1987: 12).

Essa possível dicotomia entre o pensar e o fazer, entre a origem social e a atitude crítica frente à ideologia dominante, é para o que nos chama a atenção Sartre, ao evidenciar a natureza monstruosa do intelectual:

Produto de sociedades despedaçadas, o intelectual é sua testemunha porque interiorizou seu despedaçamento. É, portanto, um produto histórico. Nesse sentido, nenhuma sociedade pode se queixar de seus intelectuais sem acusar a si mesma, pois ela só tem os que faz. (1994: 31)

Mesmo consciente desse despedaçamento, Sartre via como intelectual aquele que defendia o ponto de vista dos desfavorecidos e se queria guardião da democracia. Na mesma vertente, Bobbio resalta que uma das tarefas do

intelectual seria “dar sua contribuição ao advento de uma sociedade na qual a distinção entre intelectuais e não intelectuais não teria mais razão de ser” (1997: 108).

A ideia de mediação e de intervenção crítica no espaço público é, pois, um denominador comum nos estudos teóricos sobre a figura do intelectual e sua função na sociedade. Registre-se, no entanto, que esse intelectual moderno, arrogando-se a tarefa de mudar a sociedade, falando em lugar dos menos favorecidos, levantando bandeiras ideológicas guiado pelos ideais de liberdade e justiça, teria dado o lugar a um outro tipo de intelectual. Este parece reconhecer sua fragilidade e impotência, desistindo de ser porta-voz dos não representados, mesmo porque os menos favorecidos querem se constituir como sujeitos. Tal constituição, como evidenciam Bakhtin e Benveniste, só se dá na e pela linguagem, quando alguém assume seu lugar de enunciador no discurso. Assim, ainda que alguns autores continuem defendendo o lugar do intelectual como o principal responsável pela mudança do mundo, o que se verifica é uma descrença na amplitude da atuação do intelectual no espaço público, cujo retraimento inibe e até mesmo impede que a sua voz se torne audível.

Aliás, vem da própria intelectualidade a crítica à postura do intelectual, muitas vezes até arrogante, investindo-se de autoridade para falar pelos marginalizados. Beatriz Sarlo, em livro que faz balanço da cena cultural da contemporaneidade, dedica-se ao tema. No último capítulo – “Intelectuais” – com ironia, faz o elenco de traços a caracterizar essa categoria ou, antes, desconstrói, com uma espécie de “dialética negativa”, a autoimagem que esta camada fazia de si como “a vanguarda da sociedade”.

Em sociedades em que o saber se tornava cada vez mais importante para a produção e reprodução da vida, encontraram nos próprios saberes uma fonte de poder. Por vezes o empregaram no embate com os ricos e com a autoridade; outras vezes o empregaram para impor seus pontos de vista sobre os desvalidos. (1997: 158)

Michel Foucault, por sua vez, já retomava em mais de uma obra esta discussão, mostrando como os próprios intelectuais são presa do sistema intrincado do poder que julgam denunciar.

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de

poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. [...] Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a “idéia” de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. (1979: 71)

Há que se contextualizar, é claro, tal fala de Foucault, cujo pensamento se contrapunha, à época, às versões autoritárias de parcela da intelectualidade de esquerda. Tal postura, porém, não significa que, para ele, o intelectual não tenha mais função:

O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento; na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. (1979: 71)

Beatriz Sarlo, no mesmo ensaio acima citado, também relativiza o que fala sobre o não-lugar do intelectual no mundo contemporâneo, quando diz que

as antigas funções do intelectual continuam, de alguma forma, a ser reclamadas por uma realidade que mudou, [...] mas não tanto a ponto de tornar inútil o que foi o eixo da prática intelectual nos últimos dois séculos: a crítica daquilo que existe, o espírito livre e anti-conformista, o destemor perante os poderosos, o sentido de solidariedade com as vítimas. (1997: 165)

A autora argentina conclui sua reflexão corroborando a função crítica do intelectual e a necessidade de sua intervenção no espaço público. Nesse sentido, vale recorrer a Francisco de Oliveira (2004: 55-67), quando, discutindo a questão da produção do conhecimento no mundo capitalista contemporâneo, aponta o paradoxo entre a amplitude do espaço midiático e o efetivo encolhimento do espaço público. Perguntando-se que lugar o intelectual ocupa nesse cenário, o autor adverte que é sua tarefa desfazer a tendência anti-pública do nosso tempo.

Nessa reflexão há que se considerar, porém, que a rede midiática, hoje ampliada pela internet em sua possibilidade de circulação de informações de origens sociais diversas, não teria somente uma feição negativa. Isso porque a circulação de novas e variadas produções culturais rasuraria a exclusividade do saber anteriormente conferido ao intelectual.

Por isso mesmo, Silviano Santiago, discutindo o que denomina “cosmopolitismo do pobre”, lembra que a inserção de produções

culturais dos segmentos marginalizados associa-se a uma nova forma de multiculturalismo que passa a considerar o significativo número de imigrantes pobres presentes nas grandes cidades, além dos “grupos étnicos e sociais, economicamente desfavorecidos” (2004: 59). Na forma anterior de multiculturalismo, “fala a voz impessoal e assexuada do estado-nação que, retrospectivamente, tinha sido constituído no interior do *melting-pot*” (p. 56). Esse processo teria como dominantes “o extermínio dos índios, o modelo escravocrata de colonização, o silêncio das mulheres e das minorias sexuais” (p. 56), que no novo modelo reivindicam seus direitos.

Não se pense, no entanto, que a inserção desses novos sujeitos se dá em igualdade de condições, já que as relações de poder continuam controlando o caminho de validação dessas informações.

Nesse sentido, Arnaldo Rosa Vianna Neto, falando desses “novos sujeitos metropolitanos” e de “periferias ingovernáveis”, afirma que

nessa nova forma de metrópole, onde se instaura um outro logos urbano, plural e dialógico, dissolve-se o conceito histórico de sociedade civil como símbolo emblemático da modernidade, ou seja, a dialética entre Estado e sociedade não resiste à globalização e à abertura sem fronteira dos mercados. (2005: 293)

Mesmo considerando que os conflitos sociais são hoje marcados por reivindicações de pertencimentos étnicos e culturais e não por uma consciência de classe, Rosa Vianna observa que “as lutas pelo reconhecimento cultural-identitário [estão] ligadas às da redistribuição de riqueza e de poder” (2005: 295).

Pode-se perguntar, então, diante desse cenário, que configurações tomariam o espaço público, já que perdeu suas fronteiras, seja pela crise do Estado, seja pela formação de grupos ora abertos e favoráveis ao diálogo, ora fechados em guetos. Para Rosa Viana, a questão básica seria saber como conciliar a complexidade do diverso com a unidade política e a coesão social (2005: 294). Na abordagem desta questão, torna-se mais importante se perguntar que lugar tem o intelectual nesse novo cenário, em que se observa a inserção de outras falas e escritas até então relegadas a um segundo plano, aquela dos segmentos sociais à margem da produção do conhecimento reconhecido. O próprio Habermas (1993), já nos anos 1990, reconhece a pluralidade das esferas públicas, já que, ao lado da esfera pública hegemônica e entrelaçada a ela, forma-se uma esfera pública plebeia.

Mais do que nunca, hoje, esse entrelaçamento pode ser observado na construção de redes, marcadas por parcerias das mais diversas ordens:

poetas que assumem a periferia como lugar de enunciação, em interação com poetas canonizados ou professores reconhecidos no mundo acadêmico para construir saberes não hierarquizados; agentes culturais também oriundos da periferia das grandes cidades, fazendo circular livros, revistas, boletins eletrônicos, seja em editoras alternativas, seja nas consagradas; estudantes que circulam entre cursos de pós-graduação e saraus poéticos em bairros distantes das próprias universidades.

Por sua vez, a literatura e outras formas de arte buscam ocupar espaços outros como as ruas, as estações de metrô, o interior dos ônibus, aeroportos, seja na exibição propriamente dita, seja na retomada metafórica no interior da escrita em livros, nas telas expostas em museus, nos filmes dentro ou fora dos festivais.

Embora todas essas intervenções não ocorram despidas de conflitos e contradições, há que se reconhecer, com Stuart Hall que, a despeito dos limites e contingências “dos espaços ‘conquistados’ para a diferença” e do controle da visibilidade dos segmentos sociais antes invisíveis, o que interessa é o jogo “das ‘guerras de posições’ culturais” (2003: 339).

A fala de Stuart Hall é a de um intelectual contemporâneo, que, atuando no espaço público, reconhece que a sua não é a única voz; mais do que políticas de intervenção, defende políticas de interação, de diálogo. Tal postura não supõe a ingenuidade de eliminar conflitos e contradições, antes os potencializa na arena das diferentes vozes, dos diferentes sujeitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABASTADO, Claude. Introduction à l'Analyse des manifestes. *Littérature: Revue Trimestrielle*, Paris: Larousse, n. 39, p. 3-11, oct. 1980.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.

BENVENISTE, G. *Problemas de lingüística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

BENVENISTE, G. *Problemas de lingüística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

CASSIRER, Ernst. *La philosophie des formes symboliques*. Trad. Jean Lacoste. Paris: Minuit, 1972.

CURY, Maria Zilda Ferreira; WALTY, Ivete Lara Camargos (Org.) *Intelectuais e vida pública: migrações e mediações*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HABERMAS, Jurgen. *L'espace public*. Trad. Marc R. de Launay. Paris: Payot, 1993. (1962, 1<sup>ere</sup> édition)

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad. Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Intelectuais, conhecimento e espaço público. In: MORAES, Dênis (Org.). *Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise*. Trad. Eliana Aguiar e Luís Paulo Guanabara. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 55-67.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 23. ed. São Paulo: Record, 1987. v. 2.

SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*. Trad. Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Trad. Sergio Goes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário latino português*. 2. ed. Porto: Gráficos Reunidos Ltda., 1942.

VIANNA NETO, Arnaldo Rosa. Multiculturalismo e pluriculturalismo. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Niterói: Editora da UFF, 2005. p. 289-311.

WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. Trad. Zélia Leal Adghirni. Brasília: Editora da UnB, 2004.